

42o Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2018 - Caxambu-MG.

SPG 14 – Estado e burguesia no Brasil

A burguesia brasileira na crise política do impeachment de Dilma

Rousseff: um balanço da literatura

Autor: Felipe Queiroz

42o Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2018 - Caxambu-MG.

A burguesia brasileira na crise política do impeachment de Dilma Rousseff: um balanço da literatura

Felipe Queiroz¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo fazer um balanço bibliográfico sobre a participação da burguesia brasileira na crise política do governo de Dilma Rousseff. As interpretações para a crise podem ser agrupadas em três grandes grupos: i) macroeconômicas: divididas em dois polos: ortodoxo – criticando o abandono do tripé macroeconômico – e heterodoxo – criticando o abandono precipitado das políticas neodesenvolvimentistas; ii) econômico-financeiro: variando desde as interpretações que compreendem que a condição histórica do capitalismo brasileiro produziu uma burguesia industrial dependente do rentismo, até os estudos de caso que apontam para o alto endividamento das empresas durante os mandatos da governantes petista; iii) políticas: as leituras políticas para a crise são amplas e variadas, abarcando desde as interpretações institucionalistas, até as que priorizam os conflitos e interesses de classes. Em decorrência das diferentes interpretações para a crise, a pesquisa adotou como recorte temporal o período que compreende os dois mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016).

Introdução

Em 31 de agosto de 2016 foi concluído o processo de *impeachment* que cassou o mandato da Presidente da República, Dilma Rousseff. Esse processo jurídico-parlamentar – vale apontar, desdobramento traumático da crise política – teve início em dezembro de 2015, quando o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha ([P]MDB),

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista Capes. Contato: felipequeiroz_braga@hotmail.com

acolheu a denúncia contra a chefe do Executivo. A conjuntura na qual o processo se desenvolveu revelou que as questões inerentes à base da denúncia (FALCÃO, ARGUELHES e PEREIRA, 2017; PRONER, CITTADINO, e TENENBAUM, 2016) constituíam apenas um álibi, no qual se materializavam interesses políticos (ALMEIDA, 2016; LIMONGI, 2015, 2017), econômicos (BASTOS, 2017; ROSSI; MELLO, 2016) e sociais (PAULANI, 2016) de classes e frações de classes sociais específicas (BOITO JR., 2016a, 2017, 2018; SINGER, 2016, 2018; SOUZA, 2016). O próprio Michel Temer ([P]MDB) – vice na chapa com Dilma Rousseff – poucos dias após o término do processo declarou, em discurso a empresários e investidores nos Estados Unidos, que o *impeachment* ocorreu porque a então presidente não aceitara o programa político e econômico proposto pelo [P]MDB em outubro de 2015, *Uma ponte para o futuro*.² (VIEIRA, 2016)

A crise política do governo Dilma Rousseff é um fenômeno político amplo e complexo que envolve diversas dimensões, podendo ser observado por diferentes ângulos (econômico, político, jurídico, institucional, entre outros), ou a partir da ação dos diversos sujeitos políticos envolvidos: i) cobertura dos grandes veículos de imprensa (GONÇALVES, 2016; SOUZA, 2016), com os “vazamentos” seletivos de áudios e a “construção de consensos” em torno da ideia de que os casos de corrupção se restringiam ao partido governista (PT) e seus aliados mais próximos (SOUZA, 2016); ii) os juízes federais à frente da Operação Lava Jato (BOITO JR., 2016c); iii) a atuação dos Deputados Federais e Senadores na cena política (PRANDI e CARNEIRO, 2018; ALMEIDA, 2017); iv) partidos políticos (SOUZA FILHO e SILVA, 2017) e movimentos sociais, entre eles os que surgiram após as manifestações de junho de 2013, como o MBL e o Vem Pra Rua (CRUZ, KAYSEL e CODAS Orgs., 2015; QUEIROZ, 2016); v) as diferentes frações burguesas, que atuaram política e economicamente, influenciando a produção, os investimentos, a taxa de câmbio e as expectativas

² O documento *Uma ponte para o futuro* foi lançado pela Fundação Ulysses Guimarães, o braço teórico do MDB, em outubro de 2015. As principais propostas do programa são: i) ajuste fiscal contracionista; ii) limite para as despesas de custeio; iii) política de privatizações, além de concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura e retorno ao regime anterior de concessões na área de petróleo e gás; iv) maior abertura comercial e busca de acordos bilaterais; e v) reforma trabalhista. Conforme Paulani (2016, p. 74), “a essência do documento é o regaste da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatizações, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma”.

econômicas, com a justificativa de que a “situação política estava gerando instabilidade no mercado”.

Os interesses envolvidos nesse fenômeno político e social, quando analisados a partir, exclusivamente, da ação dos indivíduos envolvidos e das correntes de opinião, podem conduzir a interpretações equivocadas ou distorcidas sobre o próprio fenômeno, uma vez que, em diversos momentos da conjuntura da crise política diversos sujeitos envolvidos apresentaram posições contraditórias ou em oposição aos seus reais interesses. A crise política era apresentada como resultado da má administração pública, da corrupção e da crise econômica. Mas, em essência, o que se configurava era “um conflito distributivo, pela apropriação da riqueza”, no qual estão envolvidas diversas classes e frações de classes. (BOITO JR., 2016b, p. 25)

Dentro desse contexto, nossa investigação se propõe a fazer o levantamento da literatura que trata da participação da burguesia na crise política durante o governo Dilma Rousseff. A definição de um recorte temporal preciso, isto é, um marco que defina o seu início, ainda é um objeto de disputa e debate. Alguns autores defendem que a crise teve início após o resultado do segundo turno da disputa eleitoral de 2014, quando o candidato à Presidência da República, Aécio Neves, ao perder a disputa tentou “um terceiro turno” (BRAGA; MONTROSE, 2017; MARQUES e ANDRADE, 2016). Essa é a posição, por exemplo, de Almeida (2016, p. 25-236) que entende que “no fundo, o processo de impedimento da presidente reeleita começou naquele 30 de outubro para a oposição em geral e para os tucanos em particular”. Outros autores, porém, entendem que a crise que resultou no golpe do *impeachment* já estava sendo gestada desde o primeiro mandato, com os conflitos entre classes e frações de classes (BOITO, 2018; BASTOS, 2017; CARVALHO, 2018; SINGER, 2018), disputas políticas (LIMONGI, 2015, 2017) e conflitos sociais (SOUZA, 2016; QUEIROZ, 2016; CAVALCANTE, 2015). Com o objetivo de abarcar as discussões e debates que se desenvolviam desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff adotaremos como recorte de análise o período que compreende os dois mandatos da governante petista. Nesse sentido, realizamos o levantamento, a leitura crítica e a comparação de trabalhos publicados entre 2011 e 2018, sob o formato de livros, dissertações, teses, artigos publicados em revistas ou encontros acadêmicos e relatórios de pesquisa.

Sobre o material consultado, cabe-nos fazer previamente duas observações: Primeiro, a crise política que resultou do governo Dilma Rousseff é um fenômeno ainda

recente, conseqüentemente, a quantidade de análises publicadas ainda é limitada, sobretudo, em nosso caso, que buscamos analisar a participação das diferentes frações burguesas no contexto da crise política; segundo, parte considerável do material produzido até o momento pode ser denominado como bibliografia militante, por isso, tentamos na medida do possível nos abster dele. Terceiro, o material apresentado neste artigo é parte da pesquisa que ainda estamos desenvolvendo no âmbito do doutorado. Por isso, os resultados que apresentaremos não tem por objetivo serem conclusivos, antes, visam fomentar questões e contribuir com o debate que ainda está em curso.

Portanto, a partir do levantamento bibliográfico, dividimos as principais análises e interpretações para a participação da burguesia brasileira na crise política em três grandes grupos: macroeconômico; econômico-financeiro; e político.

As explicações macroeconômicas agrupam-se basicamente em dois grupos: ortodoxos, criticando o abandono do tripé-macroeconômico (BARBOSA, 2015; MESQUITA, 2014), e heterodoxos, criticando o abandono precipitado das políticas neodesenvolvimentistas (BASTOS, 2017; CARNEIRO, 2017; ROSSI e MELLO, 2016) e a adoção do receituário neoliberal ortodoxo (DOWBOR, MOSANER et al, 2016), a fim de atender aos anseios de frações descontentes da burguesia brasileira, bem como do capital externo (PAULANI, 2016).

As reflexões de viés econômico-financeiro variam desde as que compreendem que a condição histórica do capitalismo brasileiro produziu uma burguesia industrial dependente do rentismo (MELLO *apud* SINGER, 2017, p. 85; CARVALHO, 2018) até os estudos de caso que mostram que o alto endividamento das empresas, num contexto de pressão inflacionária e conseqüente aumento da taxa básica de juros, gerou insatisfação do empresariado com relação aos rumos tomados pela política macroeconômica do governo. (SINGER, 2017; ALMEIDA, NOVAIS, ROCHA 2016)

As interpretações políticas para a crise do governo Dilma Rousseff não deixam de ser amplas e variadas, abarcando desde as reflexões que apontam para a crise de representação até as que compreendem que faltou estratégia no jogo político.

Crise econômica e crise política

Ao analisar a crise do governo Dilma Rousseff devemos, inicialmente, destacar que não se trata apenas de uma crise política, mas da conjugação de duas crises: uma crise econômica, que se desenvolveu desde o primeiro mandato (BASTOS, 2017; DOWBOR, MOSANER et al, 2016; ROSSI e MELLO, 2016; QUEIROZ, 2016), e uma crise política que se iniciou em 2014. Essas duas crises estão intrinsecamente ligadas. Como observa Almeida (2016, p. 42), “a crise econômica seria irmã da crise política, e vice-versa, e ambas seguiriam juntas até o impeachment”. Essa observação é importante e nos adverte sobre dois erros simetricamente opostos: i) analisar a crise política como se fosse um mero resultado da crise econômica; ii) desconsiderar os efeitos da crise econômica na crise política, como se esta fosse apenas uma crise institucional ou partidária.

Ao analisar o primeiro biênio do governo Dilma Rousseff (2011-2012), Cagnin, Prates, Freitas e Novaes (2013) apontam três períodos distintos da gestão da política macroeconômica: i) No primeiro, que abarca o primeiro semestre de 2011, as políticas monetária e fiscal foram restritivas, no intuito de arrefecer a atividade econômica e, conseqüentemente, conter a aceleração inflacionária do período³; ii) entre o segundo semestre de 2011 e o final do primeiro do primeiro semestre do ano seguinte, com a alteração da política macroeconômica, em decorrência, entre outros fatores, do aprofundamento da crise na zona do euro; iii) após o segundo semestre de 2012, com a desaceleração da atividade econômica.

Com o agravamento da crise econômica internacional e os seus efeitos sobre a economia brasileira, a equipe econômica do governo Dilma Rousseff adotou diversas medidas para estimular a produção e o consumo internos (ROSSI; MELLO, 2017). O conjunto dessas medidas econômicas atendiam prioritariamente as reivindicações de diversos setores que compõem a grande burguesia interna, especialmente o industrial,

³ Devemos recordar que, após a eclosão da crise financeira global em 2008, o governo Lula adotou diversas medidas “anticíclicas” para combater os efeitos deletérios sobre a economia brasileira. Nesse sentido, o conjunto das medidas adotadas no período contribuiu para que o PIB em 2009 tivesse leve queda de 0,1%, e no ano seguinte, 2010, apresentasse alta de 7,5%. Essa forte alta do PIB gerou a preocupação quanto ao controle inflacionário.

representado pela Fiesp⁴. As medidas adotadas pelo governo Dilma, entre 2011 e início de 2013, podem ser divididas, basicamente, em quatro frentes: i) Política monetária: O Banco Central (Bacen) iniciou o ciclo de redução da taxa Selic em agosto de 2011 e prosseguiu até outubro de 2012, quando a taxa básica de juros (Selic) atingiu seu menor patamar histórico (7,25% a.a.)⁵; ii) Redução das taxas financiamento e Sustentação da oferta de crédito pelos bancos públicos. Os bancos públicos reduziram suas margens de *spread*⁶, pressionando, por sua vez, todo o setor bancário a seguir o mesmo caminho; III) Sustentação dos investimentos públicos. Juntamente com a redução da taxa de juros e a ampliação da oferta de crédito no mercado doméstico, o governo adotou uma política fiscal expansionista, com a adoção de pacotes de compras governamentais e de investimentos públicos⁷. IV) Estímulo à produção industrial. Entre as medidas adotadas estão o programa de Sustentação do Investimento (PSI), no qual subsidiava a aquisição de máquinas e equipamentos através do BNDES; o Plano Brasil Maior⁸; reforma no setor elétrico que barateou em 20% o preço da energia elétrica; desoneração da folha de pagamento para diversos setores intensivos em mão de obra, além das medidas de proteção à indústria doméstica como o aumento do IPI sobre veículos importados ou que tivessem menos de 65% de componentes nacionais e o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras). O Secretário de Política Econômica no período, Marcio Holland, denominou essas medidas de “Nova Matriz Econômica” (NME) (CARNEIRO, 2017).

Essas medidas econômicas, no entanto, não resultaram em crescimento econômico. Após alta de 4,0% do PIB em 2011, a economia brasileira cresceu 1,9% e

⁴ Em 26 de maio de 2011, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, juntamente com os presidentes da Força Sindical, Paulo P. Silva (Paulinho), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, publicam um artigo em conjunto na *Folha de S. Paulo* – “Um acordo pela Indústria” – demandando do governo medidas efetivas para estimular a indústria doméstica.

⁵ Devemos lembrar que, para que fosse possível tal redução, o governo Dilma alterou a remuneração dos depósitos em caderneta de poupança, mediante vinculação de seu rendimento à taxa Selic. Desse modo, foi possível reduzir a taxa Selic, para um patamar abaixo do que até então era a remuneração mínima das cadelnetas de poupança.

⁶ Diferença entre a taxa de empréstimo cobrada pelos bancos dos tomadores de crédito e a taxa de capitação paga aos clientes.

⁷ Entre as medidas adotadas nesse âmbito está o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que é um programa de concessões em rodovias e ferrovias e previa inicialmente a inversão de R\$ 133 bilhões em infraestrutura.

⁸ O programa foi lançado em agosto de 2011 e previa diversas medidas para estimular o investimento industrial, desde a redução do IPI sobre bens de capital à incentivos aos microempreendedores individuais (MEI's). A proposta inicial era de que o programa injetasse, por meio do BNDES, em torno de R\$ 600 bilhões até 2015 (Cf. SINGER, 2015).

3,0% e 0,5%, em 2012, 2013 e 2014, respectivamente. Nesse sentido, Singer (2017) compreende que a “Nova Matriz Econômica” não passou de um “ensaio desenvolvimentista” – “ensaio” por conta da rapidez da sua duração, menos de dois anos –, no qual o governo adotou as pautas do setor produtivo, entrando em conflito aberto com o setor bancário.

Mediante esse cenário, alguns autores incorrem no erro de reduzir a crise política à crise econômica, como é o caso, por exemplo, de Barbosa (2015, 2016), que entende que a crise brasileira é o resultado do desajuste fiscal. Para ele (BARBOSA, 2015, p. 30) a origem da crise econômico-política brasileira está na adoção da Nova Matriz Econômica (NME), pois ela “foi equivalente a um choque de oferta na economia brasileira produzindo inflação elevada e baixo crescimento econômico”. O autor (Idem), que se limita a criticar a política macroeconômica do primeiro governo Dilma por não atingir o centro da meta de inflação, descarta de sua análise todas as demais variáveis econômicas, políticas e sociais, e reduz a crise política ao abandono da rigidez do tripé macroeconômico (metas de inflação, geração de superávits primários e câmbio flutuante).

As análises de Bacha (2016), Mesquita (2014) Pessoa (2015) e Safatle, Borges e Oliveira (2016) apresentam poucas variações em relação à leitura de Barbosa (2015). Para esses autores, a crise política é o resultado do “abandono” da ortodoxia econômica e a adoção de uma política macroeconômica heterodoxa, representada especialmente pela Nova Matriz Econômica (NME). Sobre o conjunto dessas críticas, Sawaya (2016, p. 63) aponta que elas proveem majoritariamente de “economistas das instituições de ensino de economia ortodoxas (PUC/RJ, Insper, FGV, principalmente) que fornecem o aparato ideológico-teórico para a política de metas de inflação”, e nesse período específico “saíram em guerra nos jornais e televisão contra o governo sob a acusação de abandono da política de metas de inflação”.

Outros autores, por sua vez, apontam que o aprofundamento da crise econômica está atrelado a outros fatores, tais como: alteração nos rumos da política macroeconômica entre os governos Lula e Dilma, ineficiência das desonerações e estímulos setoriais, limitação da estrutural da economia, além do excessivo arrocho fiscal, especialmente no início do primeiro mandato e durante o segundo mandato.

Para Rossi e Mello (2016, p. 260) a ineficiência da política macroeconômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff está atrelada a entreves estruturais da economia

brasileira: “para além dos erros na condução da política econômica, a desaceleração da economia brasileira deve ser entendida a partir dos elementos estruturais que constituíram a formação do mercado de consumo e da dificuldade da estrutura produtiva em acompanhar as transformações na demanda”. Contudo, os autores compreendem que “nem os entraves estruturais tampouco os erros de política econômica no primeiro governo Dilma explicam a intensidade da queda da atividade econômica em 2015 e 2016”, antes, “essa crise [econômica] deve ser entendida no contexto de uma crise política”. Como o objetivo dos autores (ROSSI e MELLO, 2016) não é analisar a crise política, mas refletir sobre os “componentes macroeconômicos e estruturais” da crise econômica, elas apenas apontam a correlação entre ambas as crises, e, principalmente, que a crise econômica “deve ser entendida no contexto” da crise política.

Carvalho (2018, p. 40), defenderá a tese de que a crise brasileira é o resultado das alterações nos rumos da política macroeconômica e da ineficácia da política de estímulo à produção interna: “Em 2006, o Estado tornou-se mais ativo no estímulo direto ao mercado interno por meio da expansão dos investimentos públicos. Em 2011, essa atuação deu lugar a uma estratégia baseada nos incentivos ao setor privado, tanto via política fiscal, quanto via política monetária e creditícia”. As desonerações fiscais e os subsídios beneficiaram apenas momentaneamente o setor produtivo, pois, tais políticas não tiveram o mesmo efeito multiplicador sobre a economia como as políticas sociais e os investimentos públicos dos governos Lula.

A ineficácia da política de desoneração do setor produtivo, segundo a autora, decorreu de pelo menos três variáveis: Primeiro, a desaceleração da demanda interna e o aprofundamento da crise externa, por um lado, aumentavam o nível de ociosidade da capacidade instalada, e, por outro lado, reduziam as expectativas econômicas e conseqüentemente seus investimentos. Como as expectativas de produção e consumo estavam se deteriorando – e os investimentos públicos já não cresciam no mesmo ritmo que no governo anterior – parte do empresariado preferiu reter os investimentos, logo, as desonerações resultaram em aumento da taxa de retorno do capital no curto prazo. A segunda variável diz respeito ao elevado nível de endividamento das empresas. Segundo a autora, parte do crédito direcionado ao setor produtivo não se converteu em investimentos produtivo, mas em operações financeiras para reduzir o grau de endividamento das empresas. A terceira variável está atrelada ao “processo de financeirização do setor produtivo da economia”:

[...] O fracasso da política de desonerações está relacionada ao processo de financeirização do setor produtivo da economia. A relação íntima entre o capitalismo financeiro e o capitalismo produtivo, que é um fenômeno global, se expressa no Brasil sobretudo pelas atividades de tesouraria das empresas, cada vez mais importantes para sua lucratividade. (CARVALHO, 2018, p. 74)

De acordo com a autora (Idem), são estas as variáveis que ajudam a explicar, por um lado, o aprofundamento da crise econômica, gerando o grave problema fiscal do início do segundo mandato de Dilma, e, por outro lado, parte da crise política, com o desgaste da relação entre governo e empresários, especialmente com aqueles que já estavam sendo beneficiados pelas políticas econômicas estatais.

É importante frisar que, apesar de a autora entender que, “ao atender as demandas de setores influentes do empresariado industrial, o governo Dilma enfrentou alguns interesses do capital financeiro”, sua análise subestima o conflito entre as frações burguesas na crise política. Na realidade, ao adotar a tese da “financeirização do setor produtivo”, Carvalho (2018) desconsidera, em última instância, a existência de diferentes de diferentes frações burguesas, com objetivos distintos que estão em disputas. Desse ponto resulta uma contradição em sua análise, pois, como o “setor produtivo” pode demandar a “agenda Fiesp” (conjunto de medidas que desoneram a indústria, subsidiam os investimentos e lutam pela redução da taxa de juros – Selic –, além da diminuição dos *spreads* bancários) se, em última análise, ele está financeirizado e quer que o Banco Central mantenha a taxa Selic elevada? Outra decorrência dessa tese é o simplismo analítico, pois, ao desconsiderar o fracionamento da classe dominante, a autora subestima os conflitos entre as diferentes frações burguesas na conjuntura da crise política e seus reflexos sobre a cena política.

Frações burguesas e crise política

Conforme já apontamos na Introdução, as interpretações políticas para a crise do governo Dilma Rousseff são amplas e variadas, por isso, cabe enfatizar, nos centraremos apenas em trabalhos que tratam da participação da burguesia nessa conjuntura específica. As análises que trataremos nesse tópico não se circunscrevem ao período que compreende o segundo mandato da governante petista. Braga e Montrose (2017) e Hoelever (2017) fazem importantes cronologias sobre a conjuntura da crise política, com

o objetivo de mostrar, por um lado, como se deu a articulação do golpe (*impeachment*), e por outro, como as diferentes frações burguesas, bem como alguns *Think Tanks*, se posicionam politicamente ao longo da crise.

No entanto, em decorrência dos objetivos e dos recortes temporais⁹, os trabalhos dos referidos autores não apontam para a gênese da crise, apenas analisam a participação das diferentes frações burguesas nela, e apontam o *momento* no qual ocorre o rompimento formal das diferentes frações da burguesia com o governo e as “justificativas” para apoio da campanha pelo *impeachment*¹⁰. Noutros termos, essas análises mostram como, a partir de uma crise em curso, as diferentes classes e frações de classe contribuíram com o seu desenvolvimento, mas não com sua formação. Portanto, apresentaremos as análises que tratam da participação das diferentes frações burguesas não apenas no momento mais tenso da crise política, após o resultado da eleição de 2014, mas principalmente as que consideram as contradições e conflitos de classes expressos desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Para Souza (2016, p. 129) o processo de *impeachment* é o resultado de um golpe que se deu por meio de um “amplo acordo de interesses [...] entre as diversas elites, agora comandado pela elite financeira”. Antes de adentrar na análise do autor, cabe-nos fazer uma observação sobre o conceito de “elite” que ele utiliza. O conceito como é mobilizado pelo autor é bastante vago e impreciso. Em linhas gerais, a “elite” abarca diferentes frações da grande burguesia – “elite econômica”; a mídia, especialmente os grandes monopólios televisivos; a alta classe média; o Congresso Nacional; e o Judiciário, que o autor define como “casta jurídica”.

Ao analisar a crise política, o autor (SOUZA, 2016) argumenta que em sua origem está o conflito distributivo da riqueza, no qual as diferentes elites se juntaram, sob

⁹ Hoelver (2017) faz uma “cronologia da campanha golpista e contrareformista no Brasil”, entre março de 2015 – quando grupos de direita (com destaque para o “Vem pra rua” e o “Movimento Brasil Livre”) convocaram atos nacionais contra o governo Dilma – e agosto de 2016, com o fim do processo de impedimento e a cassação do mandato da governante petista. Já Braga e Montrose (2017) adotam um recorte temporal mais amplo, entre o resultado das eleições de 2014 e agosto de 2016. Os autores (BRAGA e MONTROSE, 2017, p. 132-4) dividem a conjuntura da crise política em quatro períodos distintos, a saber: i) Entre o resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados no início da legislatura; ii) Da eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara até o seu anúncio de ruptura com o governo; iii) Entre a ruptura de Cunha com o governo às grandes manifestações de março de 2016; iv) Entre as manifestações de março de 2016 e a aprovação do impedimento pelo Senado.

¹⁰ “até medos de 2015, nenhuma entidade de classe da burguesia ou de seus representantes mais expressivos havia manifestado apoio formal, público, à deposição de Dilma Rousseff”. (HOELVER, 2017, p. 225)

a bandeira genérica da luta contra a corrupção, para barrar o “frágil Estado de bem-estar construído para o aprofundamento do processo de inclusão”. Logo, os ataques jurídico e midiático contra o PT “não foram ataques a pessoas ou a partidos específicos”, mas constituíram-se, em última instância, em “ataques a uma política bem-sucedida de inclusão das classes populares que Lula e o PT representaram”. (Idem, p. 85).

O principal articulador do golpe para Souza (2016) foi a “elite financeira”, que mobilizou as demais elites, bem como comprou o Congresso Nacional, para derrubar a presidente petista: “quando a elite econômica sob o comando da fração financeira se une contra a presidenta depois de ganhar a batalha pelo juro alto, ela desencadeia dois movimentos: aciona sua sócia no saque da sociedade, que é a mídia [...] e tenta comprar as eleições para o executivo e legislativo nas eleições de 2014”. O golpe somente foi possível pela articulação prévia do tripé do golpe: “mídia venal, Congresso reacionário e comprado e a fração mais corporativa e mais moralista de ocasião da casta jurídica”. (SOUZA, 2016, p. 130-131). Conforme podemos observar, a definição de “elite econômica” é genérica e imprecisa, ocultando os conflitos e disputas no interior da burguesia, e liga mecanicamente as demais frações econômicas (que o autor não define) à “fração financeira”. Deste modo, a questão do “juro alto” dá a entender que é interesse não apenas da “fração financeira”, mas de toda a “elite econômica”, o que é um equívoco.

Vaccari (2016) analisa os discursos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e dos banqueiros frente à política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Apesar de a análise do discurso não ser suficiente para explicar por si só as disputas e formas de atuação das diferentes frações burguesas na disputa pela definição da política de Estado, o trabalho de Vaccari (2016), ao sistematizar os discursos e pronunciamentos de lideranças empresariais, esclarece pontos importantes do conflito entre industriais e banqueiros ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

A análise de Vaccari (2016) contribui com as reflexões de Boito Jr. (2016a, 2017; 2018), Boito Jr. e Saad (2017), Farias e Pereira (2017), Martuscelli (2017) e Singer (2015, 2016a, 2017) sobre a crise política. Apesar das diferenças teóricas e analíticas entre os referidos autores, eles têm em comum o entendimento de que a crise política não é resultado único da ação individual de parlamentares ou partidos políticos (LIMONGI,

2017), mas que em sua origem está o conflito entre as diferentes frações burguesas pela definição da política econômica do Estado.

Para Singer (2018) no centro do conflito está a disputa entre as “coalizações” rentista e produtivista. Conforme já analisamos, o conjunto das medidas postas em prática pela equipe econômica do governo Dilma Rousseff durante o seu primeiro mandato visava atender especialmente o setor industrial, em contraposição aos interesses do setor financeiro, em geral, e os bancos, em específico. A burguesia industrial, na análise do autor, integrou a base política de apoio até meado do primeiro mandato, pois, “a partir de 2012 começa gradualmente a sair da coalizão produtivista e passa para a rentista”. Foi esse deslocamento da burguesia industrial passando para a oposição que comprometeu não apenas o “ensaio desenvolvimentista”, mas a própria base política de apoio do governo.

“Mas o que explica tal deslocamento, quando todas as reivindicações haviam sido atendidas?” (SINGER, 2016, p. 44). Esta pergunta é central em nossa discussão.

Segundo Farias e Pereira (2017), uma hipótese plausível para o realinhamento da burguesia industrial nessa conjuntura específica está no receio desta fração de classe quanto a uma possível “política bonapartista” por parte do governo Dilma Rousseff. Conforme os autores:

[...] apesar de o governo sustentar a hegemonia do setor industrial, os representantes diretos dessa fração de classe transitaram para a postura de não fazer a defesa do governo diante das críticas do setor bancário. É que os representantes industriais intuía, mas de maneira distorcida, a possibilidade de o governo adotar uma política bonapartista, ou seja, passar a exigir sacrifícios de todas as frações do capital para garantir o crescimento econômico. Assim, identificavam no “lulismo” (o crescimento econômico com a ampliação de direitos sociais) da presidenta Dilma o fantasma de Getúlio Vargas. O que o governo pedia, na substância, era que os industriais abrissem mão de interesse imediato (a desregulamentação das relações de trabalho) em prol de seu interesse de longo prazo (a preponderância econômica) (FARIAS; PEREIRA, 2017).

Para Singer (2015, 2016a) a principal razão é o movimento “pendular” da burguesia.

É plausível que Dilma tenha sido vítima de ilusão de ótica semelhante à que engolfou o nacionalismo dos anos 1950/1960. Ao atender os reclamos da burguesia industrial, imaginou que teria seu respaldo no momento em que grupos contrariados reagissem. Na hora H, contudo, foi por ela abandonada. O desconhecimento prático dos ensinamentos antigos teria feito com que, como

em 1964, as camadas populares não tenham sido mobilizadas para defender a nova matriz quando a burguesia abandonou o barco. Mais uma vez, o *mecanismo burguês pendular* de estimular o Estado a intervir e depois colocar-se na oposição a ele ficou sem a contrapartida dos trabalhadores. (SINGER, 2016a, p. 54, grifos do autor)

A tese do “movimento pendular” também será utilizada e desenvolvida por Boito Jr. (2018) e Martuscelli (2017) para explicar o realinhamento de importantes segmentos da fração industrial da base política de apoio do governo para o campo oposicionista. No entanto, tais autores divergem de Singer (2015, 2016a) sobre o conflito principal que resultou na crise política. Para Boito Jr. (2018, p. 282-285), apesar de haver o “conflito entre os grandes bancos nacionais e o setor produtivo nacional em torno da política fiscal e da taxa de juros”, esta foi uma contradição secundária, pois a contradição principal se dava entre a “frente política neodesenvolvimentista” e o “campo neoliberal ortodoxo”.

Conforme análise de Boito Jr (2012, 2018), durante os governos petistas – apesar das diferenças existentes entre os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), bem como entre cada um dos mandatos dos dois governantes – o processo político nacional esteve dividido, basicamente, entre dois grandes campos em disputas: a frente política neodesenvolvimentista e o campo neoliberal ortodoxo.

A frente política neodesenvolvimentista, durante os governos petistas, era formada pela grande burguesia interna¹¹ – fração hegemônica e força dirigente dessa frente –, a classe trabalhadora, o campesinato e a pequena classe média, todas elas excluídas do bloco no poder, além da massa marginal. Por sua vez, a média burguesia interna, representada entre outros segmentos pelas indústrias de médio porte, não esteve excluída do bloco no poder, mas deteve uma posição subordinada. No processo político nacional, a frente neodesenvolvimentista teve como adversário o campo neoliberal ortodoxo, integrado pelo grande capital internacional, a fração da burguesia brasileira a ele associada, a alta classe média e os grandes proprietários de terras. Os interesses desse campo neoliberal ortodoxo, ao longo dos governos petistas, não deixaram de ser atendidos, porém, não de forma prioritária.

¹¹ A grande burguesia interna encontra-se distribuída entre diferentes setores da economia: indústria de transformação, indústria naval, extração mineral, construção civil e pesada, agronegócio, setor comercial e setor bancário, especificamente, os grandes bancos públicos e privados de capital nacional. A heterogeneidade da grande burguesia interna não descarta, antes ratifica, a possibilidade de conflito entre as frações que a compõem. No entanto, há um elemento comum entre eles: a “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (BOITO JR., 2018).

Além das disputas entre estes dois campos, devemos enfatizar que a frente neodesenvolvimentista, por reunir em seu interior classes e frações de classes distintas, nunca se constituiu um bloco homogêneo e coeso. A grande burguesia interna, por exemplo, ao mesmo tempo que estava unida na solicitação de proteção e favorecimento do Estado na disputa com o capital estrangeiro, não deixava de comportar conflitos internos entre os setores que a compunham. Ao analisar as políticas econômicas adotadas durante os governos petistas, é possível constatar que, durante o ciclo de expansão da economia global, os conflitos no interior da grande burguesia interna ficaram em segundo plano. Eles apenas retornam ao centro das discussões econômicas e políticas a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, com o agravamento da crise econômica global e a mudanças na política econômica. (BOITO JR., 2018; DOWBOR et al, 2016; CARNEIRO, BALTAR e SARTI *Orgs.*, 2018)

Na análise de Boito Jr. (2018, p. 282) “quem provocou a crise foi a ofensiva política do campo neoliberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia brasileira a ele integrada”. A centralidade do conflito “frente política neodesenvolvimentista” e “campo neoliberal ortodoxo” não exclui a participação do conflito interno entre os diferentes segmentos que compõem a grande burguesia interna na conjuntura da crise política:

[...] a posição dessa fração burguesa [grande burguesia interna] à medida que a crise econômica se agravava. Repito: foi se alterando, isto é, a posição da grande burguesia interna mudou. [...] a grande burguesia interna é oscilante, está repleta de conflitos internos – banco, indústria, agronegócio – e sempre manteve vivas, com intensidade varável de acordo com a conjuntura, suas contradições com o movimento popular. Na crise econômica, tais contradições agravaram-se. (BOITO JR., 2018, p. 318-319)

É importante enfatizar que o conflito entre as diferentes frações que compõem a grande burguesia interna *não gerou a crise*, mas *contribuiu* com o seu *agravamento*. Entender este ponto é fundamental na análise dessa complexa conjuntura.

Guilherme de Almeida (2016), que na ocasião da crise política era Assessor de Imprensa da Presidência da República, relata que a indicação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda, em substituição a Guido Mantega, não decorreu prioritariamente de critérios técnicos, como os grandes jornais afirmavam, mas para atender anseios de diferentes frações burguesas e tentar recompor a base política de apoio do governo. Cabe apontar que a indicação original não era Levy, mas Luiz Carlos Trabuco, presidente do

Bradesco, que rejeitou o convite e indicou o economista ortodoxo (Levy), que era do agrado do grande capital financeiro¹². No entanto, a indicação de Levy à Fazenda não foi suficiente para a presidente recuperar o apoio do “mercado”. Na realidade, essa indicação, e principalmente seu duro “ajuste fiscal”, prejudicou ainda mais a base política de apoio do governo, afastando, por um lado, o setor industrial, especialmente a Fiesp, que passou a endurecer as suas críticas ao governo, e, por outro lado, o setor popular, que foi duramente penalizado com o “ajuste”.

Apesar do esgarçamento da base política de apoio do governo Dilma, é difícil afirmar peremptoriamente que os segmentos que compõem a fração hegemônica no bloco no poder tenha abandonado o governo Dilma ainda 2014. Conforme Bastos (2017, p. 88) é “difícil comprovar a unificação da burguesia em 2014, (e não no final de 2015), pois, [...] a campanha de reeleição de Dilma não seria mais rica que a de Aécio caso os empresários estivessem participando de uma frente de oposição para derrubar o governo. A unificação empresarial contra o governo, de um lado, e a perda da popularidade, de outro, parece resultado de processos e eventos ocorridos depois de 26 de outubro de 2014”.

A tese de Bastos (2017) é ratificada, tanto pelo trabalho de Mancuso, Horochovski e Camargo (2016), que investigou o financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014, quanto pela pesquisa empírica de Braga e Montrose (2017), na qual apontam que o rompimento de segmentos da burguesia industrial – Fiesp e CNI – com a base política do Governo Dilma Rousseff e o alinhamento com o campo oposicionista somente ocorreu após a publicação do programa *Uma ponte para o futuro*, do PMDB, e a aceitação da denúncia pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).

Sobre o realinhamento de parte da grande burguesia interna, devemos fazer ao menos três observações. A primeira, e mais geral, se refere ao posicionamento dos diferentes segmentos que integram a grande burguesia interna na crise política. A grande burguesia interna – em função de sua heterogeneidade e, sobretudo, os múltiplos interesses políticos e econômicos envolvidos – não atuou de forma coesa e homogênea

¹² Conforme Almeida (2016 p. 42) “[...] a indicação do novo ministro da Fazenda [Joaquim Levy] veio de Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco. Trabuco era a primeira opção de Dilma para o cargo”. No entanto, o banqueiro recusou o convite, alegando “não ter condições de aceitar devido aos compromissos assumidos com Lázaro Brandão, o presidente do Conselho de Administração do Bradesco”. Vale apontar que, na ocasião da indicação ao Ministério da Fazenda, Levy era diretor-superintendente da *Bradesco Asset Management*.

nessa conjuntura política. Conforme Boito Jr. (2017, p. 33): “as posições políticas no seio dessa fração [grande burguesia interna] foram variadas. Tivemos, num dos extremos, a atividade pública e militante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pelo golpe de Estado e, noutro, a posição de resistência do segmento da construção pesada”.

A segunda consideração é de ordem cronológica. Antes mesmo de o (P)MDB lançar o programa *Uma ponte para o futuro*, segmentos empresariais representados pela Fiesp já manifestavam seu apoio a um possível governo Temer, desde que apresentasse um programa político que atendesse seus anseios (NUNES, 2016). Quatro meses antes de o presidente da Câmara dos Deputados acolher a denúncia do *impeachment* e três meses antes de o partido do Vice-Presidente apresentar um programa político alternativo ao programa petista, a Fiesp lançou um manifesto em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), declarando apoio “à proposta de união apresentada pelo [...] Vice-Presidente da República, Michel Temer”. (ALVES, 2016)

A terceira, porém não menos importante, diz respeito à relação entre as frações da burguesia e o governo Temer: não foram todas que se alinham de forma incondicional e irrestrita com o programa de governo do (P)MDB. Parte da burguesia que apoiou o golpe do *impeachment* se alinhou ao governo Temer com críticas seletivas à política econômica e não brandindo, como faziam o capital internacional e a burguesia a ele associada, um programa geral alternativo ao neodesenvolvimentismo (BOITO JR., 2017; BRAGA, MONTROSE, 2017).

Considerações Finais

O presente artigo buscou fazer um balanço crítico da literatura que trata da participação da burguesia na crise política do *impeachment* de Dilma Rousseff. Tendo em vista a proximidade temporal entre a crise política e a escrita deste artigo pouco material especializado fora publicado, restringindo em grande medida o campo de nossa pesquisa.

No entanto, as análises que apresentamos ao longo do trabalho ajudam a entender, por um lado, que a crise do governo Dilma Rousseff é a conjunção de uma crise política e uma crise econômica, e, por outro lado, que as diferentes frações burguesas tiveram papel importante no desenvolvimento dessa crise. Não podemos desconsiderar que

importantes segmentos empresariais, que ao longo do primeiro mandato da governante petista foram beneficiados pelas políticas econômicas, não apenas romperam com a base política de apoio, mas passaram a ser vocalizadores da luta pelo *impeachment*. (MACIEL, 2016)

Por que esses setores empresariais romperam com o governo e passaram ao campo oposicionista? Essa é uma das questões que ainda não foi suficientemente explorada nas pesquisas que tratam da crise política. Aprofundar na investigação da participação das diferentes frações burguesas nessa conjuntura específica poderá lançar luz sobre as causas reais da crise política.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J; NOVAIS, L; ROCHA, M. A fragilização financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise. *Texto para Discussão*. Unicamp. IE, Campinas, n. 281, out. 2016.

ALMEIDA, R. À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

ALMEIDA, R. Os deuses do parlamento. *Novos Estudos Cebrap*, v. Especial, 2017, p. 71-79.

ALVES, M. Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma. Rio de Janeiro: *O Globo*, 17 mar 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/fiesp-firjan-defendem-impeachment-de-dilma-18902113#ixzz4t9cAJ3rH/>>.

BACHA, E. Org. *A crise fiscal e monetária brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, F. H. Ascensão e queda do PT. *Revista Conjuntura Econômica*, vol. 70, n.10, outubro de 2016.

_____. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. *Revista Conjuntura Econômica*, vol. 69, n.09, setembro de 2015.

BASTOS, P. P. Z. Que horas ela volta? – Economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (Orgs). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro de Campos, 2017.

BOITO JR., A. Lava jato, classe média e burocracia de Estado. *Princípios*, v. 1, 2016c, pp. 29-34. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/288272-1>>.

_____. A crise política do neodesenvolvimento e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, n.42, 2016a, p. 155-162.

_____. O legado do governo do PT. In: MARINGONI, G; MEDEIROS. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016b.

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____; SAAD-FILHO, A. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. In : KATZ, C. et al. *Latin American Perspectives en español y portugués 1: buscando alternativas políticas y económicas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Riverside: Latin American Perspectives, 2017.

BRAGA, S; MONTROSE, E. Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: NAPOLITANO, C; VICENTE, M; SOARES, M. (orgs). *Comunicação e cidadania política*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. pp. 127-158.

CARNEIRO, R. Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff. *Texto para Discussão*. Unicamp. IE, Campinas, n. 289, mar. 2017.

_____; BALTAR, P; SARTI, F. *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CARVALHO, L. *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. “Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente”. Paper do 39º *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2015.

CRUZ, S. V; KAYSEL, A; CODAS, G. (Orgs). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DOWBOR, L; MOSANER, M et al. *A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

FALCÃO, J; ARGUELHES, D. W; PEREIRA, T. (Orgs). *Impeachment de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Casa do Direito: FGV Direito Rio, 2017.

FARIAS, F; PEREIRA, F. *Perspectivas da crise política no Estado democrático do Brasil*. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 7 fev. 2017. Disponível em:< <http://diplomatique.org.br>>.

GONÇALVES, M (Org.). *Enciclopédia do golpe – Vol. 2: o papel da mídia*. Bauru: Canal 6, 2018.

HOEVER, R. C. Cronologia da campanha golpista e contrarreforma no Brasil (Março/2015-Agosto/2016). In: GEDIEL, J. A. et al. *Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências*. Curitiba: Kaygangue, 2017.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*, v. Especial, 2017, p. 5-13.

_____. O passaporte de Cunha e o impeachment. *Novos Estudos–Cebrap*, n.103, nov. 2015, pp. 99-112.

MACIEL, A. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. São Paulo: *Carta Maior*, 28 jun 2017. Disponível em:< <http://www.cartamaior.com.br>>.

MANCUSO, W; HOROCHOVSKI, R; CAMARGO, N. Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. *Revista Teoria & Pesquisa*, n. 25, 2016, p.38-64.

MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (Orgs). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro de Campos, 2017.

MARQUES, R. M; ANDRADE, P. R. Doze anos de governo PT: o preço da não escolha. In: DOWBOR, L; MOSANER, M et al. *A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

MARTÍN, M. Empresários redobram pressão contra Governo Dilma e cobram apoio do Congresso. Rio de Janeiro: *El Pais*, 30 mar 2016. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com> >.

MARTUSCELLI, D. O pêndulo brasileiro: até quando?. São Paulo: Lavra Palavra, 10 out 2017. Disponível em:< <https://lavrpalavra.com/2017/07/10/o-pendulo-brasileiro-ate-quando/>>.

MESQUITA, M.. A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo. In: *Sob a Luz do Sol, Uma Agenda para o Brasil*: CDPP, 2014, pp. 3-15.

NUNES. W. Fiesp não revela gasto com campanha a favor do impeachment de Dilma. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 21 abr 2016. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/> >.

PAULANI, L. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PESSOA, S. Crise fiscal estrutural deve resultar em alta inflação no médio prazo. *Revista Conjuntura Econômica*, vol. 70, n.10, outubro de 2016.

PRANDI, R. CARNEIRO, J. L. Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n.96, 2018, p. 2-22.

PRONER, C. CITTADINO, G. TENENBAUM, M (Orgs.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

QUEIROZ. F. *O rasgar do véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas*. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSSI, P; MELLO, G. Componentes Macroeconômicos e Estruturais da Crise Brasileira: o Subdesenvolvimento Revisitado. *Brazilian Keynesian Review*, 2 (2), 2nd Semester. 2016, pp.252-263.

ROSSI, P; MELLO, G. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. *Texto para Discussão*. Unicamp. IE, Campinas, n. 309, jun. 2017.

SAFATLE, C; BORGES, J; OLIVEIRA, R. *Anatomia de um desastre: os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.

SAWAYA, R. O dia em que o PT imaginou que era amigo dos inimigos. In: DOWBOR, L; MOSANER, M et al. *A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. A. A ideia de lulismo. In: MARINGONI, G; MEDEIROS. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, n.102, nov 2015. pp. 47-71.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA FILHO, N. A; SILVA, M. D. L. Impasses do governo Dilma Rousseff: conflito coalizacional e manutenção de governabilidade (2014-2016). Paper do 9º *Congresso Latinoamericano de Ciência Política da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)*. Montevideo, 2017.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. São Paulo: Leya, 2016.

VIEIRA, I. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou “ponte para o futuro”. Rio de Janeiro: *The Intercept Brasil*, 22 set 2016. Disponível em:< <https://theintercept.com/>>.